

Projeto Político Pedagógico e desenvolvimento curricular

Os papéis e as ações fundamentais do professor

O Projeto Político-Pedagógico tem que traduzir, em muito boa medida, o melhor pensamento acerca do desenvolvimento do currículo que os profissionais de uma escola são capazes de mobilizar. Esta é uma ideia importante pois pode contribuir para que o currículo seja interiorizado como algo que pode e deve estar ao serviço da inovação, da transformação e da melhoria da vida das escolas e, em última análise, da vida das sociedades. Como algo que possui uma natureza dinâmica, não se limitando a ser um produto com um conjunto mais ou menos exaustivo de orientações e/ou regras que se aplicam mecanicamente, mas sendo sobretudo um processo em que os nossos saberes, as nossas experiências e as nossas emoções são integrados e mobilizados para criar oportunidades para aprender. O currículo, neste sentido, não se diz. O currículo tem que ser intensamente vivido, tem que ir sendo construído e reconstruído. Exige, por isso mesmo, um envolvimento profundo por parte de todos os intervenientes, com os alunos e os professores na primeira linha. O currículo exige interacção social, diálogo, debate informado e fundamentado. O currículo interroga, provoca, desoculta e inquieta! E só assim se pode aprender plenamente. E só assim o mundo pode ser olhado de formas mais informadas e críticas. E só assim poderemos ter sociedades mais livres, mais democráticas, mais cultas e socialmente mais coesas.

O Projeto Político-Pedagógico contém necessariamente uma reflexão profunda acerca de *elementos* fundamentais tais como o currículo, a organização e funcionamento da

escola, os recursos e as condições existentes. É essa reflexão inteligente que, num determinado contexto, numa determinada comunidade, permite que o currículo se transforme num poderoso processo posto ao serviço da educação e da formação das crianças e dos jovens. É essa reflexão que é decisiva para que os três processos nucleares da vida das escolas, *Ensinar-Avaliar-Aprender*, se desenvolvam de forma tão integrada quanto possível. E assim se estabelecem metas, se propõem estratégias, se discutem os papéis dos diferentes intervenientes no processo pedagógico e, conseqüentemente, se definem as políticas da escola. Sobretudo as suas políticas no que concerne ao desenvolvimento do currículo, aos processos de organização e funcionamento do ensino e da avaliação e aos processos que geram as melhores oportunidades de aprendizagem.

Nestas condições, é óbvio que os professores têm que desempenhar um papel determinante na concepção, no desenvolvimento e na avaliação do Projeto Político-Pedagógico porque são possuidores de um alargado espectro de conhecimentos e de experiências em domínios tais como: a) os conteúdos científicos que têm que lecionar (e.g., Matemática; Física; Ciências da Terra e Da Vida; Língua Portuguesa); b) a didáctica específica da disciplina ou das disciplinas que ensinam; e c) uma diversidade de conteúdos de natureza pedagógica. Por isso, os professores têm que ter acesso a uma formação inicial e contínua sofisticada, profunda e abrangente. Só dessa forma os professores poderão ser intelectuais,

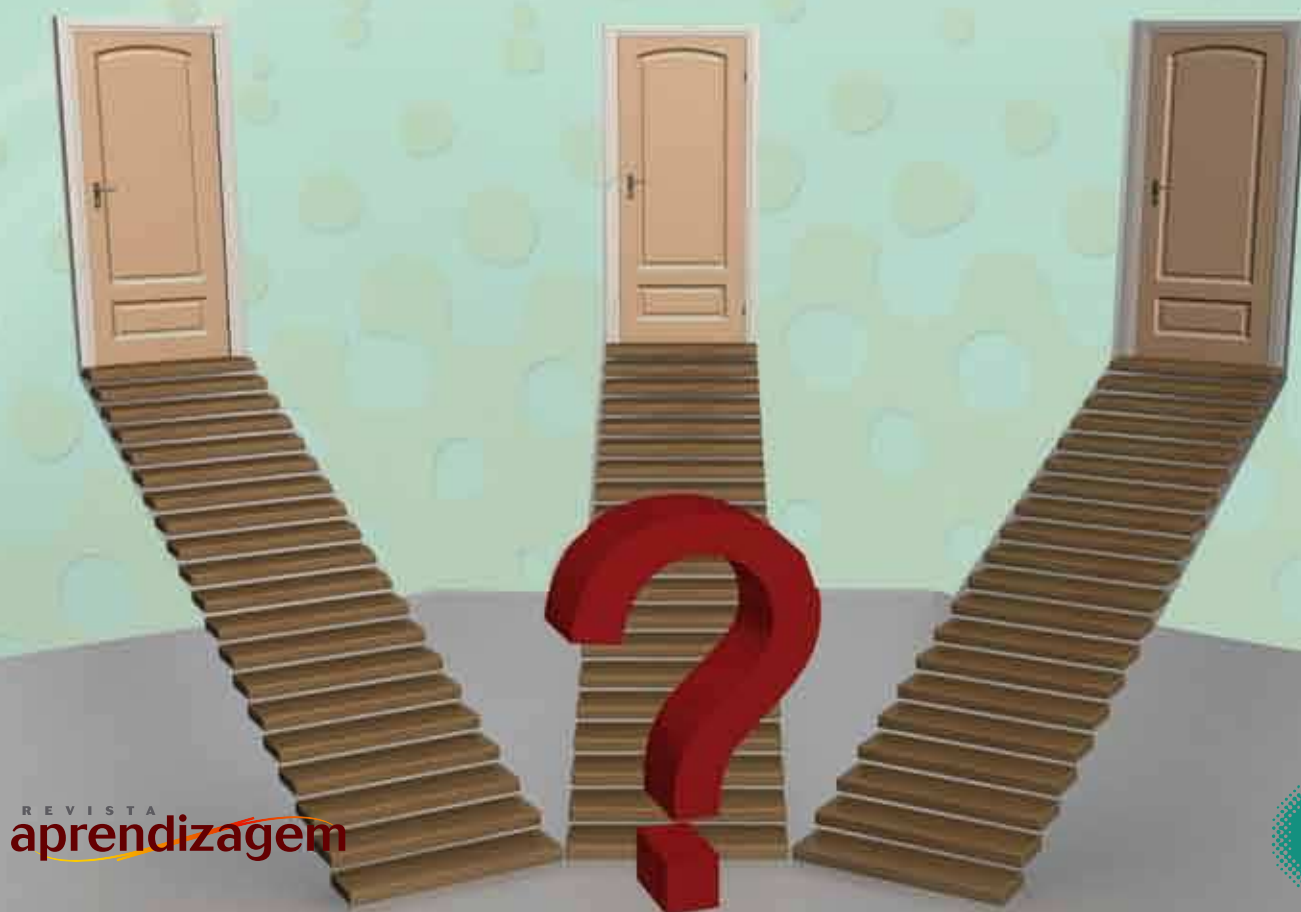
homens e mulheres de cultura, profissionais do ensino que refletem sobre as coisas do mundo, da escola, da educação e da formação. É isso que as sociedades devem querer dos seus professores e é para isso que essas mesmas sociedades devem trabalhar.

Os papéis que os professores podem desempenhar como *intelectuais*, como *profissionais reflexivos* e, se quisermos, como *investigadores*, são basilares e têm que ser deliberadamente promovidos. Sem o desempenho de tais papéis e, sobretudo, sem o que eles proporcionam, não é possível transformar e melhorar quaisquer práticas pedagógicas que ajudem os alunos e os professores a aprender e a ensinar melhor. Porque, como é óbvio, dificilmente poderá surgir um Projeto Político-Pedagógico que oriente a comunidade escolar nesse sentido.

Por tudo isto é sempre necessário refletir acerca dos papéis que os professores assumem nos processos de ensinar e de avaliar e, mais geralmente, nos processos de educação e de formação. É importante pensar que cada uma das opções que se toma tem determinadas consequências nas práticas peda-

gógicas. Por exemplo, uma coisa será o professor assumir o papel de uma espécie de *funcionário*, que encara a sua profissão como um *trabalho* mais ou menos rotineiro. Outra, bem diferente, será assumir-se como um *intelectual* empenhado no desenvolvimento de uma ampla variedade de conhecimentos, que são necessários para o exercício de uma *profissão* complexa, que tem muito de ciência e até de técnica, mas que está incontornavelmente associada à imaginação e à criatividade.

Os professores têm também que desempenhar uma diversidade de ações tais como: a) seleccionar e utilizar uma variedade de tarefas através das quais seja possível aprender, avaliar e ensinar; b) criar um clima de sala de aula responsável e facilitador da comunicação e da participação ativa dos alunos nos processos de aprendizagem e de avaliação; c) clarificar os propósitos e a natureza do ensino e da avaliação; d) distribuir *feedback* que ajude os alunos a regular e a autorregular as suas aprendizagens; e e) reorientar o ensino sempre que tal se revele necessário (Fernandes, 2008). De igual modo, ao longo da escolaridade, os alunos deverão assumir responsabilidades



crescentes que os ajudem a ser cada vez mais independentes e autônomos tais como: a) assumir deliberada e conscientemente as suas funções como membro da sua comunidade de aprendizagem, cumprindo as regras que estão estabelecidas; b) participar ativamente nos processos de aprendizagem e de avaliação, nomeadamente através do seu trabalho sobre as tarefas que são propostas pelos professores; c) utilizar o feedback que os seus professores lhes distribuem para que possam vencer as suas dificuldades; d) partilhar as suas ideias, os seus sucessos e as suas dificuldades com os seus professores e com os seus colegas; e) analisar sistemática e deliberadamente o trabalho que vão desenvolvendo (Fernandes, 2008).

A definição dos papéis, ações e responsabilidades de professores e alunos no desenvolvimento dos processos de ensino, de aprendizagem e de avaliação é importante porque dá sentido, significado e estrutura à comunidade de aprendizagem que, em princípio, se vai construindo em cada sala de aula. Por isso, é necessário ter em conta que o desenvolvimento do currículo pressupõe que alunos e professores assumam e partilhem responsabilidades nos domínios do ensino, da aprendizagem e da avaliação. Os professores terão um papel preponderante em aspectos tais como a identificação dos principais domínios do currículo, a seleção de tarefas a propor aos alunos e a organização e distribuição de *feedback*, enquanto os alunos terão uma evidente preponderância no trabalho sobre as tarefas propostas e no desenvolvimento dos processos que se referem à autoavaliação e à autorregulação das suas aprendizagens.

Os processos de ensino, avaliação e aprendizagem e, concomitantemente, os alunos, os professores e o currículo são seis *elementos* que fazem parte da natureza mais intrínseca de qualquer Projeto Político-Pedagógico. Estes *elementos* são uma espécie de núcleo fundador de qualquer projeto e, como facilmente se compreende, entre eles, pode estabelecer-se uma grande diversidade de relações. Por isso, quer a concepção do Projeto quer o seu desenvolvimento e concretização, são processos complexos que exigem dos professores a mobilização de um corpo denso de conhecimentos e de experiências.

As dinâmicas sociais e pedagógicas que se estabelecem entre professores e alunos têm sobretudo a ver com o currículo e com a sua gestão e desenvolvimento e daí surgirão mais ou menos oportunidades para aprender e melhores ou piores formas de organizar o ensino. Ou seja, as relações que se estabelecem entre os professores, o currículo e os alunos estão, de certo modo, no cerne de tudo o que de fundamental se deve passar no interior de uma sala de aula. Em particular, devo nesta altura fazer especial referência à *Seleção de Tarefas* que se propõem aos alunos porque, em última análise, é aí que reside o essencial do que poderá ser o desenvolvimento do currículo. Na verdade, é através das tarefas que os alunos podem aprender, que os professores podem ensinar e que ambos podem avaliar o seu trabalho sobre cada uma delas.

Os professores são, obviamente, *elementos* fundamentais e incontornáveis na transformação e na melhoria da vida pedagógica das escolas e das salas de aula. O Projeto Político-Pedagógico tem que ser um poderoso meio de gestão e desenvolvimento do currículo e, nesse sentido, os professores não podem ser alheios aos processos inerentes à sua concepção, concretização e avaliação. Trabalhar cooperativa e colaborativamente, partilhando experiências e saberes, para que o currículo constitua um feliz pretexto para aprender e ensinar nas salas de aula e nas escolas é, ainda, um dos maiores desafios da pedagogia contemporânea. Vencer tal desafio está, em muito boa medida, nas mãos dos professores e seria bom que as sociedades soubessem retirar desta evidência as devidas ilações. ●

Domingos Fernandes

Doutor e Mestre em Educação: Licenciado em Matemática: Professor de Pós-graduação e Consultor sobre temas avaliação de avaliação do desenvolvimento curricular e formação de professores: Professor da Universidade de Lisboa-Portugal.
dfernandes@fpce.ul.pt

